



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14666 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

ENSINO MÉDIO GAÚCHO EM TEMPO INTEGRAL: COMO ESCOLAS DE PORTO ALEGRE FAZEM A POLÍTICA?

Mariana Araujo Zocratto - PPGEDU/UFRGS

Elisabete Zardo Búrigo - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ENSINO MÉDIO GAÚCHO EM TEMPO INTEGRAL: COMO ESCOLAS DE PORTO ALEGRE FAZEM A POLÍTICA?

Introdução

A pesquisa em andamento tem como objeto de estudo as experiências em duas escolas de Porto Alegre com o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). O critério para essa escolha foi selecionar uma escola que já tinha o EMTI desde 2018 e outra que começou em 2023.

Em 2018, por meio do Decreto n. 53.913/2018, que institui o Programa de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio no estado do Rio Grande do Sul, foram escolhidas 12 escolas da rede estadual para participar do programa, sendo duas delas em Porto Alegre. Em 2024, são 10 escolas de EMTI em Porto Alegre e 177 em todo o estado.

Segundo informações retiradas do site da Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul (Seduc), a expansão do Ensino Médio em Tempo Integral é uma ação prioritária do governo do estado do Rio Grande do Sul para o período 2023-2026. O projeto visa atender à meta 6 do Plano Nacional de Educação de que, até 2024, 50% das escolas de Ensino Médio da rede pública sejam em tempo integral, e que 25% dos alunos estejam matriculados nessa modalidade.

Com uma meta de expansão considerável do número de escolas de Ensino Médio para o Tempo Integral, em um curto período, é fundamental analisar a maneira como as políticas propostas dialogam com as políticas em ação conduzidas pelas equipes diretivas no contexto

analisado das escolas.

A pesquisa em andamento pauta-se em ouvir profissionais da gestão escolar das escolas selecionadas, com a seguinte indagação: como as escolas fazem acontecer a política do Ensino Médio em Tempo Integral? Foi utilizado como principal referencial teórico o livro de Ball, Maguire e Braun (2016), que analisam como as escolas “fazem” política, especificamente, como as políticas tornam-se vivas e atuantes (ou não) nas escolas: “A política é complexamente codificada em textos e artefatos e é decodificada (e recodificada) de forma igualmente complexa” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 26).

O objetivo geral, então, é compreender como as duas escolas escolhidas na cidade de Porto Alegre fazem a política de EMTI. As instituições não serão identificadas pelo nome, sendo nomeadas apenas como A e B ao longo do trabalho. Por meio das entrevistas, buscou-se extrair como a política em questão “torna-se interpretada, traduzida, reconstruída e refeita, em diferentes, mas, semelhantes configurações cujos recursos locais, materiais e humanos, e conjuntos difusos de discursos e de valores são utilizados em um processo complexo e híbrido de atuação” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 30).

Como objetivos específicos, estamos analisando: como acontece o processo de aceite da escola para adotar o EMTI; quais são os principais desafios para implementar e manter o EMTI na escola; e como os diferentes atores da gestão das duas escolas escolhidas atuam nessa implementação.

A metodologia empregada para desenvolver este trabalho é a abordagem qualitativa. Como procedimento, utiliza-se a pesquisa narrativa aliando métodos e técnicas. A coleta de dados acontece por intermédio do estudo das fontes documentais, observação participante e entrevistas semiestruturadas com pessoas do corpo diretivo da escola.

O ensino médio em tempo integral é uma novidade para a maioria das escolas do Rio Grande do Sul. Mesmo aquelas que oferecem o EMTI desde 2018 estão participando de treinamentos e recebendo orientações para esse novo modelo que está sendo incrementado neste segundo mandato do governador Eduardo Leite. Os treinamentos e materiais de apoio estão sendo fornecidos pela Secretaria de Educação em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade na Educação.

Sobre o processo de adesão ao EMTI, o que foi apurado até o momento, é que a Seduc fez o convite para as escolas analisadas, houve uma escuta à comunidade e posterior aceite da implementação da política. Tanto a escola A quanto a escola B, segundo os relatos colhidos, tinham receio de um possível fechamento das respectivas instituições de ensino devido à redução do número de turmas e da procura de novos alunos, nos anos que precederam o convite. Dessa forma, aderir ao EMTI pareceu uma boa opção para as respectivas equipes gestoras.

Segundo os relatos ouvidos, ambas as escolas demonstraram dificuldades em

completar o quadro de professores para todos os componentes. Essa dificuldade se deu em parte pela resistência de alguns docentes diante da demanda de ensinar novos componentes curriculares, distintos daqueles para os quais desenvolveram sua formação, e em parte pelo número insuficiente de docentes para dar dois turnos de aula para o ensino médio.

Outro ponto que merece destaque na conversa com as escolas A e B é referente aos problemas de infraestrutura e à diferença entre os tempos de resolutividade de que a escola precisa e que o governo oferece. Em uma das escolas analisadas, observou-se que a equipe diretiva usou recursos do programa estadual Agiliza para pintar a escola, fazer uma sala de jogos, melhorar o espaço do refeitório, ampliar os pontos de internet na escola, tudo antes das aulas começarem em 19 de fevereiro. Após as ações serem tomadas para melhor receber os alunos, a secretaria de educação visita a escola e informa que a escola será contemplada com uma série de melhorias, que a escola já tinha providenciado. Relatos assim comprovam que os prazos do governo para apresentar soluções nem sempre cabem nos prazos de que a escola precisa para que os problemas sejam resolvidos.

Palavras-chave: educação em tempo integral; ensino médio; pesquisa narrativa.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as Escolas fazem as Políticas: Atuação em Escolas Secundárias.** Ponta Grossa: UEPG, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n. 53.913, de 07 de fevereiro de 2018.** Institui Programa de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio, nas escolas de ensino médio da rede pública estadual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018.